

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 037-19, DE 01 DE JULHO DE 2019.**

Dá nova redação aos artigos 3º, 10, 11, 12 e 13, da Lei Municipal Nº 3.259, de 07 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano.

**Art. 1º** O artigo 3º, da Lei Municipal Nº 3.259, passa ter a seguinte redação:

*“Art. 3º A concessão do serviço de transporte coletivo urbano será precedido de decreto que justifique a conveniência da concessão e de processo licitatório;*

*§ 1º A Empresa vencedora do Certame, que venha ser contratada, será remunerada, pelo Município, com base nos quilômetros rodados;*

*§ 2º O ato administrativo de justificação, de que trata o caput, deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município e, necessariamente, conterá a descrição do objeto, o prazo da concessão e a justificativa da necessidade de exclusividade, por razões de ordem técnica ou econômica, se for o caso.”*

**Art. 2º** O artigo 10, da Lei Municipal Nº 3.259, passa ter a seguinte redação:

*“Art. 10. Fica instituída a Tarifa Social que beneficiará todos os usuários do Transporte Coletivo Urbano;*

*§ 1º O valor da Tarifa social será fixada por Decreto do Poder Executivo e será de valor não superior ao percentual de 30 % (trinta por cento) do custo real da tarifa;*

*§ 2º Os estudantes também serão beneficiados pela Tarifa Social, sem necessidade de apresentação da Carteira de Estudante;*

*§ 3º Os bilhetes da Tarifa social serão comercializados pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública;*

*§ 4º Os idosos, maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, o menor de até 06 (seis) anos de idade e os deficientes, utilizarão gratuitamente os serviços de Transporte Coletivo Urbano;*

*§ 5º Todos os usuários do Transporte Coletivo Urbano terão passe livre no dia 15 (quinze) de cada mês, no entanto, caso o dia 15 (quinze) seja domingo ou feriado, o passe livre passará para o primeiro dia útil seguinte.*

*§ 6º Anualmente, serão feitos estudos técnicos para atualizar o valor real da tarifa, a qual servirá como base para fixar e reajustar o valor da Tarifa Social.”*

**Art. 3º** O artigo 11, da Lei Municipal Nº 3.259, passa a ter a seguinte redação:

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

*“Art. 11. A tarifa real compreende o rateio do custo total do serviço entre os usuários pagantes e será calculada com base no número de passageiros transportados, na quilometragem percorrida e no custo quilométrico.*

*§ 1º O custo quilométrico corresponde ao somatório dos custos variáveis e custos fixos, a seguir discriminados:*

*I – Custos variáveis:*

- a) Combustível;*
- b) Lubrificantes;*
- c) Rodagem;*
- d) Peças e acessórios.*

*II – Custos fixos:*

- a) custo de capital (depreciação e remuneração);*
- b) despesas com pessoal;*
- c) despesas administrativas.*

*§ 2º O custo total do serviço será composto pelo custo quilométrico acrescido dos tributos e encargos cobrados pelo Município.”*

**Art. 4º** O artigo 12, da Lei Municipal Nº 3.259, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 12. - O valor da tarifa social, a ser fixado por decreto do Poder Executivo, será revisado anualmente com base nos estudos que definir o valor da tarifa real.”*

**Art. 5º** O artigo 13, da Lei Municipal Nº 3.259, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 13. Qualquer modificação no preço das passagens passará a vigorar, após a publicação do Decreto Municipal que o fixou, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.”*

**Art. 6º** Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito



**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 037-19, DE 01 DE JULHO DE 2019.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, estamos encaminhando o presente Projeto de Lei Nº 037-19, de 01 de julho de 2019, visando colher a necessária e indispensável autorização Legislativa a fim de que o Município possa conceder o serviço de Transporte Coletivo Urbano aos usuários, através de Empresa Privada, que se sagrar vencedora em Certame Licitatório a ser realizado em obediência ao que estabelece a Lei de Licitações, sendo que a remuneração da empresa contratada, será feita de acordo com a quilometragem efetivamente rodada/percorrida no perímetro urbano; as linhas/trajetos serão previamente definidas pela Administração Municipal, de acordo com a finalidade e o interesse público e de modo que atenda os moradores da zona urbana.

O presente Projeto de Lei mantém a gratuidade do transporte coletivo aos idosos e deficientes, ao mesmo tempo que institui a Tarifa Social, com valor não superior ao percentual de 30% (trinta por cento) do custo real da tarifa, o qual beneficiará os estudantes e os demais usuários que se utilizam do transporte coletivo.

Pontua que, o cálculo para a obtenção do valor da tarifa social, a expedição e a comercialização dos bilhetes de passagens serão da competência e titularidade exclusiva do Poder Executivo, sendo regulamentados por Decreto Executivo, observando as normas estipuladas neste Projeto e os princípios constitucionais que regem os atos da administração pública.

**Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito